

## RESENHAS/REVIEWS

Maria Aparecida de Moraes SILVA<sup>1</sup>

OLIVEIRA, A. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia)

Ariovaldo de Oliveira reúne, neste livro, o resultado de suas reflexões acerca da produção camponesa nos últimos anos.

O autor, imbuído de bases teóricas fornecidas por Marx, trata a problemática camponesa a partir das contradições intrínsecas do capitalismo. Na base de tais contradições encontra-se o aumento do trabalho assalariado no campo e, ao mesmo tempo, o avanço do trabalho familiar. Tais afirmações, rigorosamente demonstradas ao longo dos capítulos, baseiam-se em tabelas organizadas a partir dos dados do INCRA e do IBGE.

Demonstrar a contradição do capitalismo através da expropriação, da proletarianização e do aumento do trabalho familiar constitui-se numa forma dialética de enxergar a reprodução do capital no campo brasileiro. O autor, ao assim proceder, afasta-se do “desenvolvimento” e da “teoria da modernização”, que apregoa a existência de um salariado puro na agricultura brasileira, em virtude do avanço dos C. A. I.<sup>2</sup> Esse tipo de visão não permite entrever as contradições nem tampouco os conflitos e resistências dos camponeses atingidos pelo processo de expropriação.

Defendendo a tese da criação/recriação de novas formas de produzir no bojo do processo de reprodução do capital, o autor sintetiza o eixo teórico do seu trabalho:

Portanto, o que podemos concluir deste processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, particularmente no campo, é que estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. O que significa dizer que o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, o cria e recria para que sua produção seja possível, e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas.

---

1. Departamento de Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 14801-903 – Araraquara – SP.

2. Complexo Agroindustrial.

Percebe-se, então, um duplo movimento que caracteriza a agricultura brasileira. No entanto, há uma diferenciação deste duplo movimento nas distintas regiões, segundo os diferentes momentos históricos.

Talvez resida aí a riqueza do livro: o tratamento quantitativo dos dados secundários, informando uma realidade no espaço e no tempo através de uma preocupação qualitativa.

No seu conjunto, as reflexões do autor apontam quatro vertentes importantes:

- 1ª) a discussão teórica em torno da lógica da reprodução camponesa;
- 2ª) a diferenciação interna dos camponeses;
- 3ª) a violência como elemento intrínseco ao processo de expropriação/recriação;
- 4ª) o inferno e o paraíso nos processos de colonização efetuados pelo Estado e pelo capital.

A 1ª vertente vincula-se à lógica das unidades camponesas, ou seja, à reprodução da circulação da mercadoria não-objetivada através do lucro. É justamente essa lógica que, contraditoriamente, permite a apropriação dos excedentes produzidos pelo capital, por intermédio dos mecanismos estruturais da sujeição da renda ao capital.

A 2ª vertente é explicada pelos elementos que caracterizam a produção camponesa, quais sejam:

a) trabalho familiar como procedimentos e outras formas de trabalho, tais como: parceria, ajuda mútua e trabalho assalariado. Portanto, há o que o autor denomina de "complexidade das relações camponesas. Porém, essa complexidade de relações estabelecidas é, primeiro e fundamentalmente, articulada a partir da hegemonia que o trabalho exerce nessa unidade de produção e consumo" (p. 56);

b) a propriedade da terra ou posse da terra. É este o elemento definidor da diferenciação interna do camponês. São as seguintes as categorias de camponês: camponeses-proprietários, camponeses-parceiros, camponeses-rendeiros e camponeses-posseiros;

c) a propriedade dos meios de produção. Parte destes meios de produção é produzida pelos próprios camponeses e outra parte é adquirida como mercadoria. "É com relação ao acesso a essas mercadorias, meio de produção, que o camponês trava relação com o capital";

d) jornada de trabalho que não se define pelo tempo do relógio mas pelas necessidades, havendo momentos de maior ou menor intensidade de trabalho.

Levando-se em conta a relação de propriedade da terra, o autor mostra a diferença entre os camponeses-rendeiros e os arrendatários capitalistas regidos pela lógica da renda capitalista da terra. Para isso, baseia-se nos dados estatísticos. Os camponeses-parceiros e os camponeses-posseiros comprovam a lógica contraditória do desenvolvimento no campo brasileiro. No capítulo 5, sobre a produção camponesa nas décadas de 70 e 80, há análise minuciosa acerca do número de estabelecimentos, área da produção, estrutura agrária, força de trabalho, valor e volume de produção agropecuária. Embora representando a maioria dos estabelecimentos e os controlan-

do, são responsáveis por mais de 50% do volume da produção agrícola e animal do País.

O processo de criação/recriação das unidades camponesas tem-se caracterizado pela violência que lhe é intrínseca.

Desse modo, a violência constitui-se na 3ª vertente do trabalho do autor. A essa análise ele dedica um longo capítulo: "Os posseiros e a luta contra o capital". Utiliza-se do referencial teórico de José de S. Martins para explicar o porquê da luta entre a "terra de trabalho" (posseiros) e a "terra de exploração" (capital). Aí estaria o *enjeu* das lutas sociais no campo. Parafraseando Martins, o autor afirma que "o eixo principal das lutas da questão política no campo está na expropriação e não na exploração".

Apesar da violência, os dados apresentados mostram um aumento significativo dos camponeses-posseiros nos últimos anos, bem como da área por eles controlada.

A 4ª vertente constitui-se numa revelação do mercado de terras no Brasil. O autor aponta, com base em diversas fontes, os nomes dos responsáveis pelos escândalos, pela grilagem, pelos subornos e pelo processo de expropriação dos índios e camponeses no Brasil, nas últimas décadas. O palco desse triste teatro é, principalmente, o Estado de Mato Grosso.

Através de uma análise extremamente realista, o autor revela que a criação da grande maioria dos municípios daquele Estado, nos últimos anos, deu-se em virtude da política de colonização levada a cabo pelo Estado e pelas empresas capitalistas.

Este fato demonstra que a reprodução do capital não pode ser defendida apenas a partir do aspecto econômico. O capital, enquanto relação social, constitui-se de elementos econômicos, sociais e ideológicos. Portanto, ao reproduzir seus elementos econômicos, todos os outros elementos também serão reproduzidos. Do mesmo modo, enquanto relação social, esta reprodução não se faz linearmente, mas contraditoriamente.

Ao se constituírem numa verdadeira conquista, numa domesticação, esses projetos de colonização reproduzem as relações políticas de dominação existentes nas estruturas de classes. No entanto, são essas mesmas formas de reprodução que geram a resistência por parte dos agentes atingidos. Nesse sentido, a violência é estrutural a esse processo.

*A agricultura camponesa no Brasil* constitui-se em leitura necessária não só para os estudiosos da "questão agrária", mas para todos os que se preocupam em compreender as formas de produção e reprodução das relações capitalistas nos vários espaços, sem dicotomizá-los ou autonomizá-los.